

32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**GT 41 – TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E PROJETOS POLÍTICOS EM
CONCORRÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DO RURAL**

**O DEBATE AGROECOLÓGICO BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR
DOS EBAAS E DA EXPERIÊNCIA DO PTA/FASE**

NILSA LUZZI

27 a 31 de outubro de 2008, Caxambu-MG.

O DEBATE AGROECOLÓGICO BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS EBAAS E DA EXPERIÊNCIA DO PTA/FASE

Nilsa Luzzi¹

Este trabalho tem por objetivo investigar a origem e evolução do debate agroecológico brasileiro, destacando-se os principais atores envolvidos e as principais mudanças ocorridas. A análise parte das discussões realizadas nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, na década de 1980, e da experiência do Projeto Tecnologias Alternativas/FASE e incorpora as transformações mais recentes com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). Quais os fatores que contribuíram para o expressivo crescimento do tema agroecologia nas duas últimas décadas? Quais as principais dificuldades para que esta temática seja efetivamente incorporada pela diversidade de atores sociais envolvidos e se constitua num elemento importante para a formulação de uma proposta alternativa de desenvolvimento para a agricultura brasileira, no qual a agricultura familiar e a agroecologia sejam prioridades? Estas são algumas questões que serão aprofundadas neste texto.

1. O debate na década de 80: os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

As críticas ao processo de modernização da agricultura começam a ganhar força no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, influenciadas por discussões e movimentos de oposição ao padrão tecnológico moderno que estavam ocorrendo, desde a década de 1960, em diferentes partes do mundo. As primeiras críticas brasileiras foram tecidas por alguns intelectuais – que através de suas publicações críticas passaram a denunciar os impactos da agricultura moderna – e por categorias profissionais que contribuíram significativamente na luta contra os agrotóxicos e para o avanço do debate da agricultura alternativa no país.

A categoria profissional dos engenheiros agrônomos foi precursora na elaboração de um ponto de vista crítico sobre a modernização da agricultura, especialmente a

¹ Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura, pelo CPDA/UFRRJ.

Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo – AEASP, que em meados da década de 1970 foi assumida por um grupo crítico do modelo tecnológico vigente. Este movimento de oposição se expandiu para outros estados e em 1981 toma conta da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB, com Walter Lazzarini (presidente da AEASP em 1978) assumindo a presidência da Federação. Este grupo progressista da FAEAB aliado a intelectuais críticos do modelo, especialmente José Lutzenberger, foram os articuladores do I Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), realizado em Curitiba, com o apoio do então prefeito Jaime Lerner² (LUZZI, 2007).

Nos dois primeiros EBAA predominaram os debates mais técnicos, no qual eram destacadas as conseqüências do pacote tecnológico – denúncia sobre contaminação por agrotóxico (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças. Ademais, as experiências apresentadas eram ainda bastante teóricas e o conhecimento tecnológico era produzido visando principalmente à substituição de insumos.

“A grande maioria das experiências eram experiências bastante teóricas, reuniões de pesquisa e tal, com algumas exceções – foi a primeira vez que eu vi o Ernest Goetsch [referência brasileira em sistemas agroflorestais] apresentando a experiência dele, a prática dele. E ainda [a agricultura alternativa] era um conceito muito vago, muitas destas experiências eram muito pontuais, como você substitui um produto por outro, pequenos insumos ainda era uma regra muito forte naquela ocasião, tinha pouca coisa sistêmica” (Jean Marc von der Weid, in: LUZZI, 2007: 19).

O público participante era formado basicamente por engenheiros agrônomos e estudantes de agronomia. Os palestrantes foram principalmente: os pioneiros do movimento – Ana Primavesi, José Lutzenberger, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Adilson

² Foram realizados quatro EBAA na década de 80. O I EBAA foi realizado em Curitiba (1981), reunindo cerca de 400 participantes. O II EBAA foi realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, (1984) e reuniu cerca de 1800 pessoas. O III EBAA foi realizado em Cuiabá (1987) e contou com a participação de mais de 3000 pessoas. O IV EBAA foi realizado em Porto Alegre (1989) e reuniu cerca de 4000 pessoas. Estes encontros foram realizados principalmente por iniciativa da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB, das associações estaduais de engenheiros agrônomos e da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB (FAEAB, 1981; FAEAB, 1985; FAEAB, 1987).

Pascoal, Sebastião Pinheiro; algumas referências internacionais como Claude Aubert, especialista em agricultura biológica³; profissionais de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural que trabalhavam com tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais; profissionais que apresentaram questões mais gerais que envolviam a agricultura alternativa⁴. Além das palestras, os encontros tinham a preocupação de apresentar relatos de experiências de tecnologias alternativas existentes no país.

Neste período praticamente inexistiam experiências produtivas em agricultura alternativa. As duas pioneiras no Brasil foram: a Estância Demétria, Botucatu-SP, criada em 1972 por um grupo de jovens predominantemente europeus, seguidores da agricultura biodinâmica; Yoshio Tsuzuki – engenheiro agrônomo formado no Japão, pioneiro da agricultura orgânica no Brasil. Possui um sítio, criado em 1973, em Cotia-SP onde desenvolve sua produção orgânica.

Contudo, estas experiências eram desenvolvidas em condições muito peculiares, utilizando-se de avançados conhecimentos técnicos, com disponibilidade de recursos financeiros e seus produtos eram vendidos para nichos de mercados, portanto distantes da realidade da maioria dos pequenos produtores. Ademais, as práticas mais utilizadas e difundidas por estas experiências eram praticamente desconhecidas dos mesmos, em especial os preparados biodinâmicos, a adubação verde e os compostos orgânicos.

O II EBAA (1984) se diferenciou do anterior pela presença expressiva de secretários estaduais, que passaram a entrar em contato com as discussões da agricultura alternativa e suas propostas ainda incipientes. Estes secretários se comprometeram, principalmente, com a criação e implantação da legislação estadual de agrotóxicos e do receituário agrônomo, campanha nacional da FAEAB neste período. Também houve, neste encontro, uma discussão sobre a criação da “Associação Brasileira de Agricultura Alternativa – ABAA”, defendida pela Ana Primavesi, Adilson Pascoal, José

³ Claude Aubert pesquisador francês, membro da Associação Européia de Agricultura Biológica, veio ao Brasil a convite do Luiz Carlos Pinheiro Machado e na semana seguinte da realização do I EBAA (27 a 30 de abril de 1981) participou como conferencista do 1º. Curso de Agricultura Biológica realizado no Brasil (Porto Alegre), organizado pela Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS).

⁴ Destacam-se as participações de: Francisco Graziano Neto (professor da UNESP/Jaboticabal), que abordou os problemas sociais do modelo tecnológico; Jorg Zimmermann (representante do CNPq) destacou os problemas da ciência e tecnologia e o comprometimento das instituições de pesquisa com o pacote tecnológico; John Wilkinson (coordenador do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRRJ) fez uma análise das transformações do setor agroindustrial destacando o avanço das multinacionais no domínio das sementes e na área de biotecnologia (FAEAB, 1985).

Lutzenberger e Sergio Cabral de Carvalho⁵. A proposta não foi discutida previamente com os organizadores do encontro e recebeu forte reação contrária dos membros da FAEAB, FEAB e Projeto Tecnologia Alternativa/FASE. Esta acabou sendo rejeitada por uma margem pequena de votos e voltou a ser discutida no III EBAA, realizado em 1987 em Cuiabá (LUZZI, 2007).

Neste encontro, também fizeram parte da organização do evento a FEAB e o PTA/FASE, além da FAEAB e da Associação Estadual de Engenheiros Agrônomos. A presença majoritária passou a ser de estudantes, embora os engenheiros agrônomos ainda tivessem presença expressiva. Um fato inovador foi a presença de um número considerável de agricultores ligados aos movimentos sociais rurais (pequenos produtores, sem terra, indígenas), convidados principalmente pelo PTA/FASE e pela EMATER do Mato Grosso.

Além da alteração na composição do público do encontro, outra mudança importante foi a participação nos debates de lideranças dos movimentos sociais (MST, CUT e CONTAG) e de profissionais com formação em ciências sociais e economia. Houve também a separação entre as questões técnicas, que passaram a ser realizadas em pequenos grupos de interesse⁶, e as questões mais gerais do movimento, que se concentraram em cinco painéis temáticos⁷ (FAEAB, 1987).

Esta ampliação da base social influenciou as discussões do movimento de agricultura alternativa e permitiu que os movimentos sociais se aproximassem deste

⁵ Sergio Cabral de Carvalho, economista do BNDES, fez parte da organização do II EBAA. Ele era muito ativo politicamente e exercia bastante influência nas questões que envolviam a agricultura alternativa e foi o idealizador da proposta de criação da associação nacional.

⁶ Foram ofertados dezessete cursos técnicos – ministrados por profissionais com experiência no tema, inclusive pelos pioneiros do movimento – que envolviam diferentes temáticas da agricultura alternativa, destacando-se: introdução à agricultura alternativa; manejo da matéria orgânica; criação animal; mecanização agrícola; aproveitamento de energia; agricultura biodinâmica; manejo ecológico de pragas e doenças; manejo do solo; experiências do Paraná em agricultura alternativa. Além disso, foram apresentados quarenta e sete trabalhos técnicos desenvolvidos por profissionais de instituições de ensino e pesquisa, de diferentes partes do Brasil (FAEAB, 1987).

⁷ Painel 1: “Perspectivas da agricultura alternativa”, com Horácio Martins de Carvalho (engenheiro agrônomo com especialização em ciências sociais). Painel 2: “O ensino, a pesquisa e a extensão frente ao novo modelo tecnológico para a agricultura”, com Romeu Padilha de Figueiredo (presidente da EMBRATER). Painel 3: “Caminhos para o movimento de agricultura alternativa”, com Luiz Carlos Pinheiro Machado (engenheiro agrônomo, professor da UFSC). Painel 4: “Comunicação social e agricultura alternativa”, com Humberto Pereira (Editor chefe do Globo Rural). Painel 5: “Recursos naturais e agricultura”, com o professor canadense Pat Roy Mooney, autor do livro “O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos” publicado em 1979 e traduzido para o português em 1986. (FAEAB, 1987).

debate e, por conseguinte, introduzissem outras questões que faziam parte de suas preocupações e reivindicações. As críticas ao modelo de desenvolvimento passam a abranger questões mais gerais, além dos problemas causados pelo pacote tecnológico, e preocupações com a conjuntura nacional. Dentre as quais podemos destacar: a dominação do setor agrícola pelas multinacionais; impactos sociais e ambientais dos grandes projetos nacionais de desenvolvimento; suspensão do pagamento da dívida externa; o comprometimento das instituições de ensino, pesquisa e extensão rural com as políticas de modernização da agricultura; defesa da reforma agrária e participação na Assembléia Nacional Constituinte (FAEAB, 1987).

Houve também uma vinculação das questões técnicas à classe social de produtores (pequenos, médios e grandes) destacando-se a inadequação das tecnologias modernas às necessidades e realidades dos pequenos produtores. Na opinião de Horácio Martins de Carvalho a preservação da natureza era importante, mas era preciso pensar, também, na melhoria das condições de vida das pessoas – “(...) queremos superar não só a relação do homem explorando a natureza, mas do homem que explora o homem”.

“A agricultura alternativa deve ser entendida não só como uma concepção de modo de produção na agricultura, mas do modo de produção em geral. É inconsistente defender o solo e deixar que o homem seja explorado. Não quero que ninguém seja explorado, nem uma bactéria. Quero que se respeite a vida, toda ela e, portanto, não posso aceitar a presença da multinacional, dos grandes conglomerados econômicos, e de uma burguesia que é uma classe eminentemente exploradora da vida e geradora desse caos que aí está” (Horácio Martins de Carvalho, in: FAEAB, 1987: 30).

Neste sentido, os problemas ambientais existentes na agricultura convencional passam a ser vistos como problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. As discussões se deslocaram da crítica ao pacote tecnológico da Revolução Verde para a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento, que favorecia apenas uma pequena parcela de produtores rurais, especialmente os grandes e médios com melhores condições financeiras e de infra-estrutura.

“Estamos na realidade onde esse desenvolvimento provocado pelo capitalismo entra em choque com as relações de produção, não permite mais a sobrevivência do camponês, do pequeno produtor, cria o bóia-fria, explora o trabalhador rural. É esta a contradição do momento, que

precisamos explorar. Não é apenas a destruição do meio ambiente, é a lumpenização do campesinato e a alienação do trabalho e outras formas” (José Graziano da Silva, in: FAEAB, 1987: 51).

As críticas existentes ao modelo tecnológico, que até então se concentravam nas conseqüências ambientais da produção, passam a destacar também suas conseqüências sociais – excludente, concentrador de terra, precariza as relações de trabalho, provoca êxodo rural – e as atenções se voltam para os destinatários da tecnologia, os agricultores. Começou a se discutir, também, a necessidade de buscar não apenas tecnologias alternativas, mas uma “sociedade alternativa”. Esta questão apareceu no primeiro painel do III EBAA, onde houve um debate bastante acirrado entre José Graziano da Silva e Horácio Martins de Carvalho.

José Graziano da Silva defendia que a mudança do padrão tecnológico da agricultura dependia de mudanças mais profundas na sociedade – “(...) em que as classes populares e os trabalhadores tomem o poder”. Somente com a alteração das forças produtivas dominantes é que se conseguiria uma mudança no padrão tecnológico vigente. Ademais, segundo Graziano, mudanças tecnológicas não garantem mudanças nas relações sociais de produção, pois o próprio sistema capitalista – através da biotecnologia e mais recentemente dos transgênicos e da nanotecnologia – foi desenvolvendo tecnologias menos poluentes e mais saudáveis sem, contudo, alterar as formas de dominação e de exploração da classe trabalhadora. Esta vertente defendia o socialismo e para seus seguidores a questão prioritária não era a tecnologia em si, mas o controle das forças produtivas, a coletivização dos meios de produção.

“O mérito do movimento da agricultura alternativa não é a busca de alternativas de produção, mas exatamente a formação dessa consciência social. É um movimento que tende abrir espaços na luta política, que tende abrir brechas nas formas de dominação predominante” (José Graziano da Silva, in: FAEAB, 1987: 34).

Horácio Martins de Carvalho, por outro lado, defendia uma aliança entre as questões técnicas e políticas. No seu entendimento era necessário lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade socialista, mas era preciso também buscar soluções concretas aos problemas técnicos existentes na agricultura: produção, praga, crédito, erosão do solo, fertilizantes, entre outros. A agricultura alternativa precisava sair do discurso e lançar-se à prática efetiva e responder às demandas dos

agricultores, pois, do contrário, a agricultura dominante continuaria assistindo os agricultores com o pacote tecnológico.

“Se quero conversar com a população de forma séria, tenho que partir concretamente dos seus problemas reais, ou falarmos sobre revolução, socialismo, nova agricultura, e ficarmos falando sem ser entendidos. (...) É no real que faço a ligação entre o particular e o geral, entre a prática e a teoria. Apenas discutir que tenho que fazer a revolução socialista, não leva à revolução socialista em nenhum lugar do mundo. A revolução social se fez, conquistando, passo a passo, os espaços na sociedade, em todos os níveis” (Horácio Martins de Carvalho, in: FAEAB, 1987: 54).

Esta era uma questão bastante polêmica para a qual não existia consenso dentro do movimento de agricultura alternativa. Muitos participantes defendiam a independência do movimento e eram contra a sua partidização e vinculação ao socialismo. Este confronto de opiniões (técnico *versus* político) explicitou a existência de vertentes divergentes dentro do movimento de agricultura alternativa, destacando-se as vertentes: técnica (biodinâmica, orgânica e ecológica), político-ideológica (representada pela coordenação da FEAB e FAEAB, bastante militante e de esquerda) e social (representada pelo PTA/FASE, no qual seus membros trabalhavam a valorização do conhecimento popular e o agricultor como sujeito de mudança) (WEID, 1991). Além destas, existiam também os grupos simpatizantes do movimento de agricultura alternativa, tais como: hippies, naturalistas, vegetarianos, e grupos de sociedades alternativas.

Neste sentido, os EBAAAs conseguiram mobilizar um público bastante diferenciado, com motivações políticas que iam desde um descomprometimento até um forte engajamento político. As questões apresentadas tinham larga amplitude, variando de questões mais próximas ao debate ambientalista e do conhecimento das práticas alternativas até preocupações com os impactos sociais da modernização e a necessidade de uma mudança mais profunda da sociedade em direção ao socialismo.

“As posições políticas assumidas pelos agentes sociais envolvidos com as propostas ‘alternativas’ vão desde o descomprometimento ao forte engajamento político; desde a preocupação em entender as leis que regem a dinâmica de vida da natureza até o questionamento do modelo

sócio-econômico e cultural e na maneira de os homens se relacionarem entre si e com a natureza” (ALMEIDA, 1989: 184).

Foi através deste movimento de agricultura alternativa que vários profissionais e estudantes, especialmente de agronomia, passaram a ter contato com esta temática, em suas várias vertentes, estimulando a formação de grupos de agricultura alternativa dentro das universidades e que, posteriormente, passam a fazer parte dos quadros profissionais de organizações não governamentais e dos movimentos sociais rurais, levando estas discussões para outras instâncias de atuação.

Contudo, paradoxalmente, os representantes do movimento de agricultura alternativa não conseguiram influenciar de maneira significativa suas bases. A grande maioria dos estudantes e profissionais da agronomia permanecia praticamente alheia ao debate das tecnologias alternativas e continuou trabalhando e difundindo o padrão tecnológico dominante.

“Isto não quer dizer infelizmente que um número significativo de Engenheiros Agrônomos tenham aderido a esta posição. Mas a vanguarda que dirige a FAEAB e um bom número de associações, tem esta política, defende esta postura, mas ainda há muito trabalho a fazer para ganhar o conjunto dos agrônomos. O mesmo acredito se coloca para a FEAB e para todo o trabalho dos Centros Acadêmicos que tem pessoas conscientes em relação a este problema, mas lidam com a maioria de estudantes que ainda está longe de conhecer esta realidade, estes problemas” (FAEAB, 1987: 132).

Em que pese as divergências existentes, DIAS (2004) ressalta, por outro lado, que existiam muitos pontos de convergência dentro do movimento de agricultura alternativa e certo consenso em torno da construção do significado e do valor cultural da noção de agricultura alternativa. “De modo crescente, as pessoas se identificavam com a causa, o que indicava o compartilhamento de orientações simbólicas e significados que eram prontamente aceitos pelos atores envolvidos e que, paulatinamente, iam ganhando novos simpatizantes e interlocutores” (DIAS, 2004: 110).

Além disso, havia confluências sobre as causas do processo de marginalização dos pequenos produtores e dos meios políticos e organizacionais necessários ao enfrentamento da questão. Ainda que tecnicamente a agricultura alternativa pudesse ser realizada em grandes espaços, o movimento de agricultura alternativa definiu o pequeno

produtor como destinatário ideal desta tecnologia, além de sujeito prioritário de suas ações.

“No imediato, nossa preocupação é de levar a agricultura alternativa para o pequeno agricultor, porque esse é que é o nosso aliado, esse é que está lutando com a gente. Está lutando para a transformação da sociedade, para a liquidação do latifúndio, que é um dos instrumentos de opressão neste país. A prioridade do esforço da agricultura alternativa imediatamente é fortalecer a luta dos pequenos produtores, para que eles consigam se manter na terra e consigam lutar pela reforma agrária, pela distribuição das terras do latifúndio. É nesse sentido que vejo essa questão de grande e pequena propriedade. Não é um problema técnico, é um problema que tecnicamente pode ser usado por grandes produtores também, é um problema de prioridade política de onde é que nós estamos lutando” (Jean Marc von der Weid, in: FAEAB, 1987: 151).

Neste III EBAA entrou novamente em discussão a criação de uma associação nacional do movimento de agricultura alternativa, previamente acordada entre os membros da comissão organizadora do encontro. O objetivo era criar uma organização que desse continuidade às articulações do movimento entre os EBAA, com a filiação de entidades e não de indivíduos, como tinha sido proposto no II EBAA. Contudo, houve novamente uma enorme confusão na plenária final. A FAEAB manteve a posição de apoiar a proposta, mas os estudantes que eram a grande maioria no congresso passaram a ser contrários. A disputa foi, novamente, pelo controle do poder, só que agora era entre a FEAB e o PTA/FASE. Depois de muita confusão e da retirada do PTA/FASE como membro, a proposta de criação de uma entidade de representação nacional do movimento de agricultura alternativa foi aprovada, mas nunca chegou a ser criada efetivamente (LUZZI, 2007).

O IV EBAA (1989) foi realizado em Porto Alegre e o PTA/FASE chegou a fazer parte da coordenação do encontro, juntamente com os movimentos sociais rurais, a FEAB e a FAEAB. Contudo, houve um desentendimento entre o PTA/FASE e os demais membros da coordenação, que fez com que o mesmo se retirasse da organização do EBAA. Inclusive a grande maioria das instituições membros do PTA, exceto as da região Sul, não participaram deste encontro.

No IV EBAA, as divergências afloraram e não foi possível construir nenhum consenso. Houve discordâncias entre os membros da direção do movimento de

agricultura alternativa e muitas críticas à organização do evento. Foi o único Encontro que não teve publicação dos Anais, inclusive alguns estudos acadêmicos nem citam a sua existência, e devido a estas divergências o movimento acabou por se dispersar.

“Muitas instituições tinham se afastado. Muitas pessoas neste evento já achavam que o EBAA não tinha mais que ocorrer. Os eventos *já tinham uma cara de Estudantes*. Este EBAA foi garantido porque a FEAB bateu muito forte e juntou forças com outros movimentos, como o MST e a CUT (através do Departamento Rural). Foi um evento que se teve muitas reclamações da organização. O EBAA estava passando a exigir uma estrutura quase inviável. Ninguém estava disposto a bancá-lo. A FEAB defendia que o EBAA deveria ser consolidado. Defendia-se também que não fosse um fórum tão grande, mas sim, mais reduzido” (SILVA, 1996: 12).

Vários fatores corroboraram para o término dos EBAA's. Um deles foi o enfraquecimento da FAEAB. Esta, durante toda a década de 80, exerceu um papel preponderante nas críticas ao modelo tecnológico dominante, principalmente em relação aos agrotóxicos. Isso ia de encontro aos interesses das multinacionais, que começaram a se articular para reconquistar o espaço. Inicialmente reconquistaram as associações estaduais de engenheiros agrônomos e em 1989 conseguem retomar o controle da federação. Outro fator destacado foi certa desmotivação da militância da FEAB e da FAEAB pelas causas classistas, que passam a atuar em outras instâncias da sociedade, especialmente no Partido dos Trabalhadores, nos movimentos sociais rurais e em experiências concretas de produção junto aos agricultores (LUZZI, 2007).

A mudança de conjuntura política nacional, com a eleição de Fernando Collor de Mello, também influenciou no fim dos EBAA's. Foi um período de recuo e perda de espaço dos movimentos sociais. Mesmo dentro da FEAB houve a priorização de outras bandeiras de luta e o debate da agricultura alternativa acabou ficando mais restrito aos Grupos de Agricultura Ecológica existentes nas universidades. Nos locais onde os grupos eram mais atuantes, o movimento continuou tendo uma atuação regional e foram realizados eventos locais e regionais, a exemplo dos Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAA's), nos demais locais estes grupos foram extintos.

Os próprios encontros nacionais estavam recebendo várias críticas devido ao predomínio massivo de estudantes. Alguns críticos do movimento se referiam aos EBAA's como “(...) uma reunião de radicais românticos e como uma simples reunião de

estudantes universitários que aproveitam uma oportunidade para contestar, de uma maneira romântica e juvenil, esse estabelecimento que é o Estado” (FAEAB, 1987: 76). A FEAB ainda tentou realizar o V EBAA, que seria em São Paulo, mas a tentativa não prosperou. Com o afastamento do PTA/FASE da coordenação dos EBAA, aliado à retomada da FAEAB pelos conservadores, a FEAB ficou isolada e não conseguiu construir as alianças para a continuidade dos encontros brasileiros, resultando no fim deste importante fórum de discussão.

2. O pioneirismo do PTA/FASE e seus desdobramentos

O Projeto Tecnologias Alternativas – PTA/FASE teve início em 1983 com dois agroeconomistas que, através de relações pessoais e financiamentos de cooperação internacional⁸, fizeram um mapeamento das experiências de agricultura alternativa existentes no Brasil e estabeleceram parcerias com cinco delas, todas com forte vínculo com as igrejas Católica e Protestante⁹. O objetivo era sistematizar e avaliar estas experiências para difundi-las para os demais agricultores. No fundo estava-se buscando construir uma proposta tecnológica alternativa ao pacote tecnológico da Revolução Verde, de abrangência nacional, que pudesse oferecer soluções aos problemas técnicos dos pequenos produtores.

A estratégia inicial do PTA/FASE foi trabalhar com experiências já estabelecidas e com uma rede de relações preexistentes, principalmente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Os objetivos centrais eram identificar, sistematizar e difundir tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores. Os membros do PTA/FASE partiam do entendimento que os agricultores

⁸ Estes agroeconomistas, Jean Marc von der Weid e Silvio Gomes de Almeida, tiveram a oportunidade de acompanhar durante o exílio a discussão da crítica do modelo de desenvolvimento e da busca de tecnologias alternativas que estava ocorrendo na Europa durante a década de 70. Eles voltam ao Brasil com a proposta de criar uma organização para trabalhar com a pequena produção, tendo já o conhecimento de possíveis fontes de financiamento e os relacionamentos pessoais que foram fundamentais no estabelecimento futuro das parcerias e no financiamento dos projetos. Com a criação do PTA/FASE eles se tornam seus coordenadores. Para aprofundamento ver, dentre outros: DIAS (2004); MELO (1993) e SOTO (1992).

⁹ As experiências escolhidas foram: CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor (Santa Rosa, Rio Grande do Sul), Instituto Vianei de Educação (Lages, Santa Catarina), ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Francisco Beltrão, Paraná), MOC – Movimento de Organização Comunitária (Feira de Santana, Bahia) e PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas (Campina Grande, Paraíba).

possuíam diversas técnicas inovadoras, mas apresentavam limitada capacidade de difusão das mesmas. Este papel de identificação e sistematização seria realizado pelas equipes técnicas, que por meio de cursos, seminários e materiais impressos difundiriam estas práticas para um amplo espectro de usuários potenciais. Nos primeiros anos do PTA/FASE mais de mil técnicas alternativas foram identificadas por suas equipes.

Além da identificação e sistematização de experiências, as equipes do PTA/FASE tinham por função, também, a formação de Redes de Intercâmbio com a finalidade de facilitar a circulação de informações entre seus membros e os potenciais parceiros do projeto. O objetivo era criar uma rede de circulação para troca de informação, intercâmbio e ajuda mútua, envolvendo as diversas organizações de trabalhadores rurais, entidades de apoio aos movimentos populares, além de técnicos e indivíduos interessados na construção de uma proposta tecnológica alternativa.

Foi um período de grande avanço do projeto, com ampliação das equipes de trabalho e criação de várias ONGs¹⁰. Em alguns locais foram criadas novas organizações ligadas institucionalmente ao PTA/FASE (CTA-ZM/MG, APTA/ES, SASOP/BA e CETAP/RS). Em outros, as organizações existentes (CAPA, Centro Vianeí, ASSESOAR, ESPLAR/CE, Centro Josué de Castro/PE e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos/MA) incorporaram novas equipes para trabalhar com as temáticas propostas pelo PTA/FASE (LEROY, 1998).

A estratégia do PTA/FASE para sua ampliação foi a utilização de redes de relações preexistentes e contratação de pessoas com capacidade de articulação política. A maioria dos quadros técnicos contratados pelo PTA/FASE era de agrônomos recém formados que haviam participado dos grupos de agricultura alternativa ou de pessoas inseridas em entidades e organizações vinculadas aos movimentos populares. Estas equipes técnicas passaram a atuar em duas frentes prioritárias: na identificação das experiências existentes – “(...) o que muitas vezes implicava em ‘descobrir’ para os próprios usuários de práticas alternativas o caráter alternativo destas práticas” – e na

¹⁰ Em fevereiro de 1984 a equipe permanente do PTA/FASE era constituída por: Jean Marc von der Weid – coordenador do projeto e encarregado de sua execução na região Nordeste, Silvio Gomes de Almeida – coordenador do projeto na região Sul; Ricardo Abramovay – sociólogo; Patrick Maury – agrônomo e cooperante francês; Lourdes Grzybowski – educadora responsável área comunicação social; Felícia A. Moraes – setor de documentação e secretaria. Com o crescimento acelerado do Projeto TA foi necessário criar duas coordenações regionais, no Nordeste e no Sul, que ficaram responsáveis juntamente com a coordenação nacional na gestão da rede (PTA/FASE, 1988: 88).

sensibilização de organizações e entidades de assessoria para o “(...) conceito e as potencialidades de um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola” (PTA/FASE, 1988: 62).

Outro destaque de atuação foram os Centros de Tecnologias Alternativas – CTAs, criados pelo PTA/FASE para a experimentação e demonstração de tecnologias alternativas. Estes centros serviriam para testar as tecnologias alternativas e realizar experimentos com maior grau de controle do que os executados pelos agricultores, integrando o conhecimento empírico dos agricultores com fontes científicas dos centros de ensino e pesquisa. O objetivo era que os participantes dos cursos se tornassem agentes multiplicadores destas tecnologias alternativas, levando estes conhecimentos para os demais agricultores (PTA/FASE, 1988).

Foi também um período de intenso trabalho para as equipes técnicas do PTA/FASE. Foram realizados diversos encontros (locais, regionais e estaduais) e numerosos cursos de capacitação e sensibilização em tecnologias alternativas. O público prioritário eram os pequenos produtores (geralmente lideranças de associações), os assessores dos movimentos populares (principalmente os representantes sindicais) e alguns estudantes interessados. “Uma das equipes do PTA chegou a realizar 60 cursos para um total de 1.000 participantes em um único ano, contando com apenas dois técnicos” (WEID, 1997: 21). O objetivo era formar agentes multiplicadores, que não somente adotariam estas práticas alternativas como as difundiriam para os demais agricultores.

Estes cursos de capacitação tinham uma preocupação mais ampla de contribuir na formação política dos agricultores, discutindo as questões mais gerais que envolviam a agricultura. Para atingir este objetivo, os cursos eram organizados em três momentos principais, que consistiam em: levantar os problemas dos agricultores; relacionar estes problemas à modernização da agricultura; introduzir como saída as tecnologias alternativas e, por fim, apresentavam-se algumas práticas e experiências alternativas existentes (MARCATTO & GADELHA, 1988).

Contudo, apesar do acelerado crescimento do PTA/FASE e do intenso trabalho das equipes na sensibilização e capacitação em tecnologias alternativas, a incorporação destas práticas pelos agricultores ficou muito abaixo das expectativas. A estratégia de utilizar agentes multiplicadores para a difusão das tecnologias alternativas também não obteve o êxito esperado, ainda que tivessem conseguido muitos resultados positivos. Os

agentes multiplicadores conseguiram apreender as práticas e os princípios da agricultura alternativa, mas a difusão não ocorreu da forma imaginada.

Embora tivessem sido identificadas junto aos agricultores numerosas práticas alternativas, pouco se fez para alcançar o objetivo central do PTA/FASE que era sistematizar e difundir estas experiências para um amplo espectro de usuários potenciais (WEID, 1988). Os técnicos tenderam a ignorar o conhecimento dos pequenos produtores e passaram a difundir, assim como acontecia com a agricultura química, as tecnologias alternativas. Era o pacote alternativo.

“Quando levados a um processo mais extenso de difusão (sobretudo através dos cursos de capacitação de lideranças dos pequenos produtores) a tendência dominante foi a de reproduzir um limitado cabedal de conhecimentos alternativos extraídos da literatura corrente (limitadíssima) sobre o assunto. E tome compostagem, cobertura morta, adubação verde, curva de nível etc. às vezes sem muita avaliação das condições específicas para o emprego desta ou daquela técnica. É o pacote alternativo! Ou seja, trabalhou-se pouco com o universo da rica inovação empírica dos produtores e muito com o limitado conhecimento teórico adquirido (fragmentariamente) pelos técnicos” (WEID, 1988: 10).

Não houve, na maioria dos casos, a preocupação em considerar as necessidades dos agricultores e de incorporar o seu conhecimento. Isso fez com que em diversas situações as tecnologias propostas pelos técnicos não encontrassem correspondência com os problemas concretos dos agricultores, o que dificultou a adoção das práticas alternativas. Algumas tecnologias eram muito trabalhosas ou necessitavam de muita mão-de-obra, outras se mostraram inadequadas às condições do local e à realidade dos pequenos produtores.

A formação profissional dos técnicos também era considerada como um fator limitante para o avanço do projeto. Por mais comprometidos politicamente com a problemática da pequena produção e por maior sensibilidade que tivessem com relação à importância da sabedoria popular para o desenvolvimento local, as equipes técnicas haviam recebido uma formação acadêmica orientada para a expansão das formas capitalistas de produção no campo. A dificuldade de se desvincular do viés produtivista e o limitado conhecimento das racionalidades técnica, ecológica e econômica da pequena produção praticamente impediam que essas equipes elaborassem leituras complexas das realidades nas quais as famílias de agricultores viviam e produziam (PETERSEN, 2007).

As críticas ao padrão tecnológico moderno ficaram restritas, num primeiro momento, à natureza das tecnologias, o que dificultou o questionamento dos métodos difusionistas empregados. A transferência de tecnologia foi uma prática corrente inclusive pelos defensores da agricultura alternativa, que procuravam de certa forma convencer os agricultores da superioridade das práticas alternativas. Os métodos utilizados pelo PTA/FASE foram praticamente os mesmos utilizados pela agricultura convencional (reuniões, seminários, impressos, cursos de capacitação e visitas de campo). Esta relação só veio a se modificar com a introdução das metodologias participativas, que buscavam construir uma outra relação com os agricultores, um diálogo de saberes entre técnicos (conhecimento científico) e agricultores (conhecimento popular) (PETERSEN & ALMEIDA, 2004).

Ademais, o próprio debate que envolvia a agricultura alternativa, conforme visto anteriormente, embora tivesse ampliado muito e adquirido amplitude nacional, ainda permanecia relativamente restrito a um pequeno número de profissionais e estudantes de alguns setores da sociedade. A grande maioria continuou seguindo o modelo tecnológico dominante, ainda que com algumas preocupações com a minimização de impactos sociais e ambientais. A agricultura alternativa não era consenso entre os profissionais e estudantes das ciências agrárias, que tinham também outras temáticas prioritárias da categoria, a exemplo da discussão do currículo da agronomia e da formação profissional (CAVALLET, 1999). As tecnologias alternativas, neste período, ainda eram consideradas atrasadas e sem fundamentação científica, gozando de pouca credibilidade no meio científico e acadêmico.

Em relação às iniciativas de mudança na orientação tecnológica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (na presidência de Luiz Carlos Pinheiro Machado em 1985, um dos fundadores do movimento de agricultura alternativa) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER (na presidência de Romeu Padilha de Figueiredo a partir de 1985, seguidor de Paulo Freire e crítico do sistema tradicional de extensão rural) este processo não foi diferente. Embora importantes e inovadoras, estas iniciativas não conseguiram romper com a lógica produtivista predominante nestas instituições.

Segundo PETERSEN & ALMEIDA (2004), a despeito da “emergência de sopros de renovação e questionamento no meio científico-acadêmico”, devido à própria forma de organização do sistema de pesquisa agrícola, estas poucas iniciativas se mantiveram

distantes da realidade dos pequenos produtores. Embora os resultados destas pesquisas tivessem beneficiado pontualmente alguns agricultores, elas não chegaram a colocar em xeque o padrão tecnológico moderno difundido com a Revolução Verde.

As próprias lideranças dos movimentos sociais rurais, especialmente o movimento sindical e o movimento sem terra (organizações que o PTA/FASE sempre procurou estreitar relações), apresentavam variadas interpretações desqualificadoras do trabalho com agricultura alternativa, destacando-se: as tecnologias alternativas representavam uma volta ao passado e os pequenos produtores também tinham o direito de se modernizarem; o trabalho tinha um viés tecnicista e pouco politizado e a luta dos pequenos produtores era uma luta de classe, pela reforma agrária e por direitos trabalhistas; a organização da produção era pela elitização, pois voltava-se para atender à crescente demanda de consumidores urbanos dispostos a pagar mais por estes produtos (PETERSEN & ALMEIDA, 2004).

No final da década de 1980, ocorre a reestruturação do PTA/FASE, que se desvincula da FASE e as ONGs membros se tornam autônomas, criando a Rede PTA, formada por 26 instituições membros. A coordenação do PTA se articula numa nova instituição a AS-PTA, criada oficialmente em 1990. Com o fim dos EBAA's houve um recuo das articulações nacionais e as organizações da Rede PTA se voltaram para o desenvolvimento de programas locais de desenvolvimento. A AS-PTA concentrou sua atuação no desenvolvimento de três programas locais – Agreste Paraibano, Centro-Sul do Paraná e Pernambuco (Mirandiba) – buscando uma intervenção mais participativa e articulada com as instituições e movimentos locais (AS-PTA, 2004).

O final da década de 1980 foi também um período de mudanças conceituais e metodológicas para as instituições membros da Rede PTA, com a incorporação dos referenciais da agroecologia e das metodologias participativas. Diferentemente da fase anterior, marcada pela denúncia e negatividade (contra o padrão tecnológico moderno), a agroecologia trazia um caráter mais afirmativo ao debate e seus referenciais se adequavam aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, abrindo possibilidades para uma intervenção mais sistêmica.

A introdução do conceito de agroecologia, mais que uma mudança conceitual, representou uma ruptura epistemológica trazendo implicações às abordagens metodológicas adotadas pelas ONGs. Os defensores da agroecologia buscaram construir um arcabouço conceitual que desse maior rigor científico à proposta da agricultura

alternativa. Era um conceito que incorporava diferentes campos de conhecimento e propunha uma atuação mais integrada dos sistemas produtivos, valorizando o sujeito do processo de intervenção.

“[A agroecologia] É definida como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira. A tendência agroecológica encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solo e animais” (ALTIERI, 1989: 18).

De acordo com PETERSEN (2007), a incorporação do enfoque agroecológico permitiu um grande avanço no trabalho das ONGs, pois ao invés de pensar em transferência de tecnologias começou-se a pensar o agroecossistema como um todo. Ao invés da primazia da tecnologia começou a se valorizar os processos sociais de inovação tecnológica, tais como: resgate de variedades crioulas, criação de bancos de sementes e fundos rotativos, resgate de técnicas tradicionais de cultivo e otimização dos recursos locais. Os agricultores, de passivos receptores destas tecnologias, são estimulados a assumirem um papel ativo como agentes de inovação e disseminação de conhecimentos.

A adoção de metodologias participativas possibilitou uma melhoria significativa nas formas de relacionamento das entidades da Rede PTA com os agricultores e com os mediadores locais (STRs, associações comunitárias, grupos de paróquia e prefeituras municipais). Os diagnósticos possibilitavam um maior conhecimento da realidade e o entendimento da lógica (econômica, técnica e ecológica) utilizada pelos agricultores no manejo dos recursos locais. Entre outros aspectos, forneceram instrumentos para o efetivo envolvimento comunitário nos processos de desenvolvimento local e facilitaram a crescente interação de pesquisadores de universidades e centros de pesquisa a estes processos. Além de contribuir para o fortalecimento das relações sociais e organizativas entre os próprios agricultores.

Contudo, esta estratégia de “volta ao local” ao mesmo tempo em que fortaleceu as experiências locais, possibilitando maior envolvimento dos atores locais e uma

intervenção mais voltada às necessidades dos agricultores, por outro lado, dificultou a construção de articulações mais amplas e a evolução do debate agroecológico em nível nacional. As experiências apresentavam pouca visibilidade no plano nacional e as instituições pouca capacidade de sistematização e avaliação dos resultados obtidos com estas experiências. Este relativo isolamento das experiências de produção e do debate agroecológico começou novamente a ganhar dimensão nacional com a realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) e dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs), atualmente os principais fóruns de discussão do movimento agroecológico.

3. A ampliação do debate e a reestruturação nacional da agroecologia

Se a década de 1990 representou por um lado um período de escassez de debates e articulações nacionais, por outro lado, foi também um período de grande crescimento do número de ONGs e de consolidação de experiências em agroecologia. O aumento da preocupação com a degradação ambiental – impulsionado pelos debates da Eco-92 que ampliaram a preocupação ambiental para vários setores da sociedade – , aliado à expansão mundial da produção e consumo de produtos orgânicos, contribuíram para o avanço do debate agroecológico no Brasil.

As experiências produtivas se multiplicaram e o debate passou a ser incorporado, progressivamente, por um conjunto bastante diversificado de organizações de trabalhadores, movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, aumentando a legitimidade política do tema agroecologia. O debate extrapola o foco tecnológico e foram sendo incorporados outros temas e problemáticas sociais, que também faziam parte da agenda de outros movimentos e organizações sociais, tornando mais rico e complexo o debate. Como exemplos têm-se: valorização do conhecimento popular; rural como modo de vida; preservação da cultura e da biodiversidade; questão de gênero e geração; educação rural; construção de novas relações com o mercado com bases éticas e solidárias e a segurança e soberania alimentar – resgate de sementes crioulas, contra os transgênicos, democratização do acesso aos recursos naturais, valorização da qualidade do alimento e da produção para o auto-consumo.

O acelerado crescimento mundial da produção de orgânicos criou a necessidade do estabelecimento de normas para sua produção e comercialização, visando garantir sua

procedência. No Brasil o debate sobre normatização e certificação de produtos orgânicos, (IN 007/1999 e Lei 10.831/2003), provocou um embate entre as duas principais correntes do movimento, materializada nos defensores da agricultura orgânica – produtores ou grupos individuais com produção especializada e voltada para o mercado internacional, que defendiam a certificação por auditoria através de certificadoras credenciadas – e nos defensores da agroecologia – grupos e organizações de pequenos produtores com produção voltada para o mercado local e defendendo a certificação participativa (LUZZI, 2007).

Este processo de discussão fortaleceu as ONGs de desenvolvimento, que se mobilizaram para defender os interesses dos agricultores familiares e garantir um processo de normatização e certificação mais adequado à realidade do seu público, pois a legislação previa apenas a certificação através de certificadoras credenciadas. Um processo considerado caro que acabaria por excluir a maioria dos pequenos produtores.

No final da década de 1990 as organizações membros da Rede PTA, após passar por um processo de avaliação que apontou a necessidade de sua ampliação, começam a discutir a realização de um encontro nacional de agroecologia. Este processo preparatório durou dois anos e envolveu diversas organizações e movimentos sociais, que promoveram encontros locais e regionais para levantar as experiências existentes e mobilizar os diferentes atores locais envolvidos com a promoção da agroecologia e a agricultura familiar.

No entendimento de PETERSEN & ALMEIDA (2004), já existiam neste período alguns indicativos que corroboravam para a construção de uma articulação nacional de agroecologia, destacando-se: os movimentos sociais do campo passaram a incorporar propostas convergentes com os princípios da agroecologia; a existência de algumas iniciativas de promoção da agroecologia feitas por instituições oficiais do Estado; a valorização do rural (qualidade dos alimentos, crescimento mercado de orgânicos, categoria da agricultura familiar); o contexto pré-eleitoral favorável ao debate da agricultura familiar, reforma agrária e modelo tecnológico, polarizado pela questão dos transgênicos.

O I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado no Rio de Janeiro em 2002, marcou a rearticulação nacional da agroecologia. Este evento é considerado um grande marco no debate da agroecologia, pois conseguiu reunir diferentes movimentos sociais rurais e organizações de trabalhadores para discutir a temática da agroecologia e,

principalmente, colocou no centro do debate os agricultores e suas experiências concretas de promoção da agroecologia. Dos cerca de 1200 participantes, metade eram de agricultores (as) e estavam representando 432 experiências existentes em diferentes partes do Brasil.

O ENA permitiu que estas experiências se tornassem conhecidas tanto junto ao grande público como, principalmente, entre os próprios agricultores que se encontravam praticamente isolados uns dos outros. Além disso, abriu caminhos para o fortalecimento e intercâmbio entre os agricultores e suas organizações. Neste encontro foi aprovada uma Carta Política e decidido pela criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um espaço de articulação entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil voltado para a promoção da agroecologia nas diferentes regiões do Brasil¹¹.

A criação da ANA, considerada uma rede de redes, é uma grande conquista para o movimento agroecológico e encerra uma grande diversidade de organizações e movimentos sociais, que possuem características distintas e interesses diferenciados, mas que buscam construir convergências em torno da temática agroecológica e em defesa da categoria agricultura familiar. Seu objetivo é através do respeito às diversidades e diferenças existentes entre seus membros ir construindo as “(...) convergências em torno de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país” (Carta Política do II ENA, 2006).

Os membros da ANA, embora diverjam em algumas questões, têm uma identidade forte contra o agronegócio e em defesa da agricultura familiar. Esta identidade foi sendo construída em cima de certos princípios comuns, destacando-se: resgate da dívida social no campo; democratização do acesso aos recursos naturais – terra, água e

¹¹ A ANA é composta pelas seguintes organizações e movimento sociais: organizações não governamentais (AOPA, APTA, AS-PTA, CAA-NM, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, CEPAC – PI, CETAP, CTA-ZM, FASE, GTNA, Instituto Giramundo, PESAGRE, PROTER, SASOP); redes regionais (ANA-Amazônia, ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Rede Ecovida de Agroecologia, ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia, AMA – Articulação Mineira de Agroecologia); redes nacionais (ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, UNEFAB/ARCAFAR – União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil/ Associações Regionais das Casas Familiares Rurais); movimentos sociais (CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, COIAB – Coordenadoria dos Povos Indígenas da Amazônia, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, CPT– Comissão Pastoral da Terra, FETRAF-Brasil – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de babaçu, MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) (Carta Política do II ENA).

recursos genéticos; promoção do desenvolvimento local sustentável; geração e apropriação social do conhecimento agroecológico; pelo fortalecimento da produção familiar; equidade nas relações de gênero; participação ativa das populações na formulação e gestão das políticas públicas (Carta Política do I ENA, in: ENA, 2003).

O outro fórum nacional importante que envolve a agroecologia é o Congresso Brasileiro de Agroecologia, que vem sendo realizado anualmente, desde 2003, por instituições de ensino, pesquisa e extensão rural (públicas e privadas). Os CBAs são derivados dos Seminários Estaduais de Agroecologia realizados pela EMATER/RS (1999-2002) e constituem espaços preferenciais para apresentação e debate de trabalhos científicos sobre agroecologia.

No II CBA, realizado em 2004 em Porto Alegre, foi deliberada a criação da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia, um espaço de discussão e articulação do conhecimento agroecológico no meio acadêmico-científico. A partir de 2006 a ABA-Agroecologia passou a editar a Revista Brasileira de Agroecologia, uma publicação que tem periodicidade semestral e está disponível inicialmente somente em versão eletrônica. As três primeiras edições foram destinadas para a publicação dos trabalhos apresentados nos CBAs, inclusive com publicação das palestras e das experiências apresentadas nestes congressos.

A ABA-Agroecologia vem se tornando um espaço de articulação importante no meio acadêmico-científico e sua atuação é complementar àquela exercida pela ANA. A aproximação entre ambas, na medida em que muitos membros da ANA são filiados à ABA-Agroecologia e esta também faz parte da ANA, se constitui num fato inédito no país, que contribui sobremaneira para o fortalecimento do movimento agroecológico e para a mudança de paradigma na agricultura brasileira. A ABA-Agroecologia e a ANA constituem hoje dois espaços nacionais importantes de articulação política envolvendo a temática da agroecologia. A continuidade deste diálogo e o estreitamento das relações entre ambas constituem num importante desafio para o avanço da agroecologia, tanto no campo político quanto tecnológico.

Paralelamente à rearticulação nacional da agroecologia foram sendo criadas também redes e articulações estaduais e regionais de promoção da agroecologia. Com exceção da Rede Ecovida de Agroecologia e da Articulação do Semi-Árido (ASA), criadas no final da década de 90, as demais foram criadas após o I ENA, destacando-se: ANA-Amazônia, Grupo de Trabalho Amazônico, Articulação Capixaba de

Agroecologia, Articulação Mineira de Agroecologia, Rede Cerrado e Rede ATER Nordeste. Algumas redes possuem uma dimensão mais ampla, trabalhando também com outras temáticas e interesses regionais.

Este avanço do tema agroecologia pode ser percebido também dentro das instituições do Estado. O enfoque agroecológico figura como eixo orientador das ações da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que representa um ganho importante para as organizações promotoras da agroecologia. A elaboração desta nova política representou a preocupação por parte de diferentes atores sociais que trabalham com ATER em rever o papel histórico que a extensão rural assumiu na modernização da agricultura e a oportunidade de discutir a função que uma instituição pública de ATER deveria ter (LUZZI, 2007).

Na EMBRAPA a agroecologia, através do Marco Referencial em Agroecologia, se tornou uma linha oficial de pesquisa e atualmente existem profissionais trabalhando na sua promoção em praticamente todos os centros de pesquisa da instituição. Além disso, o enfoque agroecológico está sendo incorporado por várias instâncias do Estado e se tornando um elemento importante na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar – política de crédito rural, aquisição de alimentos, educação rural, entre outros.

Contudo, apesar dos avanços e dos esforços despendidos, as resistências às mudanças são grandes e estes profissionais ainda têm bastante dificuldade em abandonar as velhas práticas e incorporar as novas orientações. Alterar esta lógica cartesiana de produção do conhecimento, centrada na transferência de tecnologias e na superioridade do conhecimento científico convencional, é um grande desafio para o avanço do debate agroecológico nestas instituições. Não é uma coisa fácil se for considerada a formação dos técnicos, a cultura e a estrutura das instituições públicas de pesquisa e extensão rural.

Transformar o agricultor em sujeito do processo produtivo, com o técnico sendo um mediador entre o conhecimento popular e o científico, é muito mais complexo do que aparenta à primeira vista. Exige que o técnico abdique do poder que o saber científico lhe propicia e requer um repensar das formas e dos métodos utilizados durante décadas pelos profissionais de assistência técnica e extensão rural, inclusive das ONGs. O estreitamento do diálogo entre o conhecimento científico e o popular continua sendo um grande desafio, inclusive para as organizações que trabalham com a agroecologia.

Segundo GOMES (2005), o método científico (racional, analítico e linear) se desenvolveu paralelamente ao método intuitivo dos agricultores (integrador e não-linear) desenvolvido por gerações. A rigidez do conhecimento científico e a falta de rigor do conhecimento popular (“vale tudo”) dificultavam o diálogo entre ambos e impediu que o conhecimento popular fosse aceito pela ciência oficial. “Um grupo de investigadores (mais cartesiano) não conheceu ou não estudou a Teoria da Trofobiose (CHABOUSSOU, 1987). O outro, mais generalista, quase tudo justifica em seu nome” (p.139).

Aceitar que os conhecimentos produzidos em outros contextos também são válidos, além daqueles considerados científicos, significa colocar em discussão os referenciais mais caros à ciência clássica e aos próprios pesquisadores, especialmente: objetividade, neutralidade, busca da verdade e conhecimento desinteressado do mundo. Se o diálogo entre o conhecimento popular e científico tivesse ocorrido, talvez a “caixa-preta” da ciência clássica tivesse sido aberta, contribuindo para elucidar muitos problemas que ainda hoje continuam sem solução (GOMES, 2005).

Contudo, embora a passos lentos, esta aproximação do conhecimento prático e científico está cada vez mais sendo colocada em prática. Os ENAs, assim como os espaços de discussão realizados pela ANA, desde sua origem já vem discutindo os problemas mais gerais do movimento com base nas experiências práticas dos agricultores, envolvendo-os como sujeitos ativos deste processo. A Revista “Agriculturas: experiências em agroecologia” (AS-PTA e ILEIA) é outro exemplo de construção do conhecimento partindo da realidade dos agricultores.

As próprias instituições de pesquisa e extensão rural também vêm buscando estreitar o diálogo com o conhecimento práticos dos agricultores. Esta mudança de estratégia pôde ser observada no último CBA, realizado em Garapari-ES em 2007, em que as questões mais gerais das instituições de pesquisa e extensão rural (e também do movimento como um todo) foram debatidas a partir de experiências práticas dos agricultores, desenvolvidas por diferentes atores sociais (instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais rurais e ONGs).

É esta ampliação do diálogo entre os diferentes agentes do campo agroecológico que permitirá avançar na produção e circulação do conhecimento agroecológico, tanto teórico como prático. O debate agroecológico, ao ser incorporado e interpretado pelas organizações e movimentos sociais, promove ao mesmo tempo uma mudança profunda nas formas de produção, comparativamente ao modelo hegemônico de desenvolvimento,

e propõe mudanças mais substanciais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais do sistema produtivo.

Contudo, mais que uma transformação técnica, o enfoque agroecológico se constitui numa proposta de transformação política. No entanto, estas duas dimensões (técnica e política) estão intrinsecamente interligadas, pois é exatamente a partir destes processos locais de inovação agroecológica que se vem construindo novos referenciais técnicos, metodológicos e conceituais que, pouco a pouco, vêm sendo traduzidos em proposições de políticas públicas e em força social transformadora.

4. Considerações finais

A temática agroecológica tem merecido nos últimos anos cada vez mais legitimidade e reconhecimento. Inicialmente restrito a um pequeno grupo de profissionais e centrado nas tecnologias alternativas e nas críticas ao padrão tecnológico moderno, o debate evoluiu e foi incorporando outros temas e problemáticas sociais, tornando mais rico e complexo o debate. Embora não hegemônico, o enfoque agroecológico vem ganhando destaque nos debates em torno do rural, principalmente entre as organizações da agricultura familiar, aumentando sua legitimidade política.

A introdução do conceito de agroecologia e o uso de metodologias participativas, mais que uma mudança conceitual, representou uma ruptura epistemológica trazendo profundas implicações às abordagens metodológicas adotadas pelas ONGs. Ao invés de trabalhar a tecnologia de forma isolada, passou-se a buscar uma intervenção mais complexa trabalhando a unidade produtiva como um todo. O agricultor passa a ser visto como sujeito, com conhecimentos e racionalidades próprias que precisam ser respeitados e incorporados, conjuntamente com o conhecimento técnico-científico, na construção de estratégias de desenvolvimento rural.

Contudo, embora o debate tenha avançado muito e o enfoque agroecológico esteja sendo incorporado por diferentes agentes sociais, inclusive em várias instâncias do Estado, o padrão tecnológico moderno – representado pelo agronegócio – continua predominando como política de desenvolvimento do Estado. Atualmente, o maior desafio para o avanço da agroecologia está no campo político, ainda que existam diversos problemas tecnológicos que precisam ser solucionados.

A existência no Brasil de duas agriculturas – a agricultura familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e o agronegócio, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) –, com interesses divergentes e, por vezes, contraditórios, reflete a complexa realidade existente hoje no meio rural. Apesar da insistência pelos setores do agronegócio da complementaridade das duas agriculturas, negando as diferenças e insistindo na existência de um único modelo possível de desenvolvimento, é inegável os conflitos de interesse e a existência de propostas antagônicas de desenvolvimento rural entre as mesmas (LUZZI, 2005).

O agronegócio representa um padrão tecnológico oposto ao que é defendido pelas organizações da agricultura familiar, ou seja, monoculturas, grandes propriedades mecanizadas e dependentes de insumos industriais, irrigação intensiva, sistemas de integração agroindustrial, produção intensiva de gado, entre outros. Seu avanço ameaça a própria existência dos diferentes segmentos da agricultura familiar, sua cultura, modo de vida e direito ao acesso aos recursos naturais básicos: terra, água, sementes.

O Governo Lula ao mesmo tempo em que reforçou a agricultura familiar, criando instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural mais adequados às necessidades da categoria e com enfoque agroecológico – assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento territorial, pesquisa agrícola, crédito rural, ensino rural, aquisição de alimentos –, reforçou também o modelo do agronegócio¹². A liberalização dos transgênicos, a reedição de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, a transposição do rio São Francisco e os biocombustíveis para exportação parecem sinalizar para que lado do pêndulo balança o “coração” do governo em relação às opções quanto ao modelo de desenvolvimento a ser apoiado prioritariamente.

Esta dicotomia em relação ao modelo de desenvolvimento está presente inclusive dentro do próprio campo da agricultura familiar. A grande diversidade de identidades e de interesses que a categoria encerra, com a existência de várias organizações representativas, dificulta a construção de um posicionamento comum em relação ao

¹² Segundo DELGADO (2007), ao mesmo tempo em que houve, na década de 90, uma enorme expansão do agronegócio, estimulada pela intensa complementaridade entre agronegócio e as políticas neoliberais implantadas pelo Estado, o que lhe aumentou a presença política e a exposição favorável na mídia; houve, por outro lado, um progressivo reconhecimento social e político das organizações da agricultura familiar, que foram construindo uma identidade própria e distinta do agronegócio, pressionando o Estado, em seus diferentes níveis administrativos, pela formulação e implantação de políticas públicas diferenciadas e por acesso a direitos fundamentais de cidadania.

modelo de desenvolvimento. Em vários lugares do país a agricultura familiar está associada ao sistema produtivo utilizado pelo agronegócio, reforçando o modelo dominante. Estas divergências no campo da agricultura familiar também dificultam o avanço da formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento com base na agroecologia.

De acordo com WEID (2006), embora o movimento agroecológico brasileiro tenha amadurecido e se capilarizado bastante na última década, a generalização desse conceito em meio ao universo da agricultura familiar exige um nível de compreensão e adesão das organizações dos produtores ainda não alcançados. Não obstante o posicionamento favorável à agroecologia por parte das organizações e movimentos sociais de abrangência nacional, essa questão ainda não mereceu um lugar de especial destaque na pauta de suas negociações com o governo.

A incorporação da temática ocorre ainda de forma bastante desigual entre as organizações do campo agroecológico, destacando-se mais os aspectos tecnológicos e não explorando devidamente o seu potencial de transformação social. Mesmo dentro das próprias ONGs existem diferenças de atuação e incorporação da agroecologia: algumas organizações ainda têm dificuldades em romper com a lógica difusionista e trabalhar com uma visão mais integrada, incorporando as racionalidades ecológicas, econômicas e culturais dos agricultores.

A criação da ANA – articulando ONGs e os movimentos sociais rurais – e da ABA – articulando profissionais do meio científico e acadêmico – fortaleceram o debate agroecológico, aumentando a legitimidade política da agroecologia. A construção destas instâncias nacionais de articulação representa um grande avanço para o movimento agroecológico. Estas redes de articulação conseguiram agregar uma ampla diversidade de atores sociais e de interesses em torno do tema agroecologia, buscando ao mesmo tempo estimular a promoção de experiências de inovação agroecológica e construir as convergências para a construção de um novo projeto de desenvolvimento rural.

Contudo, para que o tema agroecologia seja efetivamente incorporado (e se torne prioritário) pelo conjunto dos movimentos e organizações sociais rurais, incluindo as instituições do Estado, e avance ainda mais na construção de uma alternativa de modelo de desenvolvimento, é preciso, principalmente, a construção e ampliação de políticas públicas mais incisivas nesta direção, que reforcem as experiências de promoção da

agroecologia e, ao mesmo tempo, fortaleçam a categoria agricultura familiar, seu público prioritário.

Bibliografia

- ALMEIDA, Jalcione. Propostas tecnológicas “alternativas” na agricultura. **Caderno de Difusão Tecnológica**, Brasília, n.6 (2/3), p.183-216, maio/dez, 1989.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Tradução: Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240p.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Uso e Conservação da Biodiversidade: caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: ANA, 2007. 69p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal 2005- 2007**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004. 72p.
- CAVALLET, Valdo J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI**. Tese de Doutorado – FEUSP, São Paulo, 1999.
- CINTRÃO, Rosângela P. **Ongs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de trabalhadores Rurais na zona da mata mineira**. Dissertação de Mestrado – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 1996.
- DIAS, Marcelo M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. Tese de Doutorado – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- DELGADO, Nelson G. Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil: a experiência das décadas de 1980 e 1990. Rio de Janeiro, julho de 2007. 39p (mimeo).
- ENA. Encontro Nacional de Agroecologia, Anais. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003. 256p.
- FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1981, Curitiba. **Anais**. Curitiba: FAEAB/AEAPR, 1981. 2v.
- FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 2., 1984, Rio de Janeiro. **Agricultura alternativa – homem natureza namorando a terra: anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: FAEAB/AEARJ, 1985. 314p.
- FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 3., 1987, Cuiabá. **Agricultura alternativa: anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. Cuiabá: FAEAB/FEAB, 1987. 284p.
- GOMES, João C. C. Pesquisa em agroecologia: problemas e desafios. In: AQUINO, Adriana M & ASSIS, Renato L. (editores técnicos). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2005. p.133-146.
- LEROY, Jean P. Longa história, demasiadamente curta: riqueza e desafio. In: **Avaliação da Rede PTA**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. p.03-47. (Documento 1).
- LUZZI, Nilsa. Disputas entre MDA e MAPA. In: MAPAS – Monitoramento Ativo de Participação da Sociedade: relatório do Projeto (CD-Room). Rio de Janeiro: IBASE, 2005. 46p. Disponível em: <http://www.ibase.br/mapas>.
- LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- MARCATTO, Celso & GADELHA, Edmar G. A Rede de Minas Gerais e o trabalho de articulação e sensibilização. **Proposta: experiências em educação popular** n.36, p. 22-27, jan., 1988.

- MELO, Maria Emília A. **Ações governamentais e não governamentais no desenvolvimento rural brasileiro: autonomia, conflito ou complementaridade?** Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo & DIAS, Ailton (orgs). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades.** Caderno do II Encontro nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2007. p.05-16.
- PETERSEN, Paulo & ALMEIDA, Silvio G. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória).** Rio de Janeiro, 2004, 53p.
- PTA/FASE. **Memória do projeto tecnologias alternativas 1983/1987.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1988. 493p.
- SOTO, Gustavo S. **El Proyecto de Tecnologías Alternativas: organizaciones no gubernamentales y campesinado.** Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- SILVA, Claudinei C. **O movimento e a trajetória estudantil da agronomia.** Florianópolis: FEAB, 1996. 51p.
- WEID, J. M. As práticas inovadoras: identificação, sistematização, difusão. **Proposta: experiências em educação popular,** Rio de Janeiro, n.36, p. 08-13, jan.1988.
- WEID, Jean M. **Estratégia do PTA.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 30p.
- WEID, Jean. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40p. (Textos para Debate, 57).
- WEID, Jean. M. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. **Agriculturas: experiências em agroecologia,** Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.04-06, abr. 2006.